CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91 NIRE 41207943005

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Conselheiros da
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Paranaguá – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 24 – Seguros, a qual menciona que "os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia." A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A validade desta apólice é de 8 de março até 8 de setembro deste exercício. O prazo menor de vigência é porque a contratação foi realizada de forma emergencial, com limite máximo de 180 dias, pois o Pregão Eletrônico que objetivava a contratação restou deserto em duas oportunidades (16/11/2023 e 09/01/2024). A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2024 até 27 de janeiro de 2025. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos Valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós, que emitimos relatório em 20 de março de 2024, com modificação de opinião em relação ao levantamento patrimonial e à ausência de teste de impairment. A pendência foi sanada durante o exercício de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 24 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Jucléia Gonçalves Rodrigues
Contadora 1 CRC RS 078349/O-1
Sócia

CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91 NIRE 41207943005

ANEXO I DA ATA DA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da unanimidade, a referida proposição.
Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 28 de março de 2025.

Alex Sandro de Ávila
Presidente do Conselho de Administração

Luiz Fernando Garcia da Silva
Membro Titular

João Paulo de Castro
Membro Titular

Leandro Pazzetto Arruda
Membro Titular

Rafael Moura de Oliveira
Membro Titular

José Aroldo Souza Martins
Membro Titular

Giovani da Silva Ferreira
Membro Titular

Carlos Eduardo Makoul Gasperin
Membro Titular

Carlos Eidam de Assis
Membro Titular

CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91 NIRE 41207943005

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ANEXO I DA ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Conselho Fiscal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos da APPA e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, aprovou, por unanimidade, as referidas proposições.
Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 26 de março de 2025.

Marcio Fernando Nunes
Presidente

Luiz Augusto Silva
Vice-Presidente

Luiz Nicácio
Membro Titular

D4Sign cb887785-7803-482f-839b-59822ff83e3c - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	2024	2023
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**514.847**	325.739
Contas a receber	5	**19.065**	21.282
Impostos a recuperar	6	**9.912**	1.280
Estoques	7	**20.371**	15.135
Despesas de exercícios seguintes		**-**	82
Adiantamentos a empregados	8	**1.446**	1.159
Outros créditos	10	**31.309**	132.882
		596.950	497.559
Ativo não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a recuperar	6	**8.600**	10.994
Depósitos judiciais	9	**453.223**	453.316
Outros créditos	10	**1.434**	1.405
Imobilizado	11	**602.915**	570.746
Intangível	11	**1.988**	4.100
		1.068.160	1.040.561
Total do ativo		**1.665.110**	**1.538.120**

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	3	**7.865**	6.729
Obrigações trabalhistas	12	**16.440**	15.037
Obrigações fiscais	13	**20.683**	11.772
Adiantamentos de clientes	14	**14.615**	17.889
		89.603	51.427
Não circulante			
Impostos, taxas e contribuições	13	**252.092**	260.464
Provisões de contingências	15	**194.840**	184.101
Impostos e contribuições diferidos	1.581	**4.126**	
		448.513	448.691
Patrimônio líquido	16		
Capital social	16a	**1.086.444**	1.086.444
Prejuízo Acumulado	16c	**-**	(48.442)
Reserva de Lucro	16c	**40.550**	-
Total do patrimônio líquido		**1.126.994**	1.038.002
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.665.110**	**1.538.120**

Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	17	588.215	620.960
Custo dos serviços prestados	18	(356.521)	(286.350)
Lucro bruto		**231.693**	**334.610**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(147.437)	(208.832)
Outros resultados operacionais	20	(5.676)	30.740
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**78.580**	**156.518**
Receitas financeiras	21	65.356	75.197
Despesas financeiras	21	(10.485)	(400)
Resultado financeiro		54.871	74.797
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**133.451**	**231.315**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14.450)	(38.510)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.545	(4.126)
Resultado líquido do período	16b	**121.546**	188.679

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
Resultado do exercício	**121.547**	**188.679**
Ajustes de Exercícios Anteriores	(32.555)	9.358
Total do resultado abrangente do período	**88.992**	**198.037**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Reserva legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.086.444	(246.479)	-	-	839.965
			-		
Resultado líquido do exercício	-	188.679	-	-	188.679
Ajuste de exercícios anteriores	-	9.358	-	-	9.358
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.086.444	(48.442)	-	-	1.038.002
Resultado líquido do exercício	-	121.547	-	-	121.547
Ajuste de exercícios anteriores	-	(32.555)	-	-	(32.555)
Transferência de Reserva de Lucro	-	(34.473)	-	34.473	-
Transferência para Reserva Legal	-	(6.077)	6.077	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.086.444	-	6.077	34.473	1.126.994

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	121.547	188.679
Depreciações e amortizações	46.889	38.672
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	10.740	7.447
Tributos diferidos sobre o lucro	(2.545)	4.126
Ajuste de exercícios anteriores	(32.555)	9.358
	144.075	248.282
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber de clientes	103.790	(1.263)
Estoques	(5.236)	753
Tributos a recuperar	(6.239)	29.460
Despesas antecipadas	82	520
Depósitos judiciais	155	80.047
Demais créditos	(376)	130.774)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	31.136	(12.882)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.403	152
Impostos e contribuições a recolher	539	(91.443)
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	(3.274)	7.328
Fluxos de caixas das atividades operacionais	**266.053**	130.180
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aquisição do Imobilizado e intangível	(117.818)	(14.859)
Baixa do imobilizado e intangível	37.117	2
Ajuste de Laudo de Avaliação Patrimonial	3.756	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(76.945)**	(14.857)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**189.108**	115.323
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	325.739	210.416
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	514.847	325.739
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**189.108**	115.323

1.Contexto

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio "Almirante Saldanha" da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o Governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

Em dezembro de 2020, a área greenfield destinada à movimentação de veículos no Porto de Paranaguá, foi leiloada por R$ 25 milhões em um pregão realizado na Bolsa de Valores, a B3. Por este, o Paraná se torna o primeiro estado do Brasil a conceder um terminal portuário, após obter autonomia para tal. O terminal, identificado como PAR12, possui uma área de 74,1 mil metros quadrados, marcando um passo significativo na gestão portuária do estado.

Em 2021, os Portos do Paraná alcançaram um recorde histórico, movimentando 57.520.122 toneladas de cargas, estabelecendo 10 novos recordes operacionais. A gestão foi reconhecida como a Melhor Gestão Portuária do país pelo prêmio Portos + Brasil e liderou na execução de investimentos. Os portos também se destacaram em conformidade regulatória e desempenho ambiental, além de serem a única autoridade portuária a palestrar na COP-26.

Com foco na sustentabilidade, a gestão realizou a obra da derrocagem da Pedra da Palangana, melhorando a segurança da navegação, e lançou o edital para o cais leste, o Moegão, com investimento de R$590 milhões. Quatro concessões portuárias foram priorizadas pelo Governo Federal, incluindo a concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, R$5bilhões em investimentos. A Portos do Paraná também firmou uma parceria com a Fundación Valenciaport para otimizar operações e reduzir custos, com a construção do Port Collaborative Decision Making (PCDM) e do Port Community System (PCS)

Em 2024, a Portos do Paraná alcançou um novo recorde anual ao movimentar 66.769.001 toneladas de cargas, representando um aumento de 2,1% em relação ao ano anterior. A gestão da empresa foi reconhecida como a melhor do País pelo quinto ano consecutivo no prêmio Portos + Brasil. A Portos do Paraná investiu mais de R$ 177,4 milhões em obras, serviços e projetos de infraestrutura, como o moegão ferroviário, a maior obra portuária do país em 2024, que deverá ficar pronta até o final de 2025 e que aumentará significativamente o volume movimentado pelo modal ferroviário e também na dragagem de manutenção que além de manter o canal em condições de receber os navios com segurança também trouxe melhoria no calado de vários berços do Porto de Paranaguá, permitindo um melhor aproveitamento da capacidade de carga.

A empresa também implementou programas de capacitação para seus colaboradores, incluindo cursos em logística e gestão portuária, além de treinamentos em segurança. No âmbito ambiental, a Portos do Paraná foi reconhecida por sua gestão sustentável, participando da COP29 e recebendo prêmios por suas iniciativas. A empresa ampliou suas relações com o mercado, recebendo comitivas internacionais e participando de feiras do setor, além de realizar diversas ações de saúde e segurança no trabalho, incluindo simulações de emergência e campanhas de conscientização. Esses fatos refletem o compromisso da Portos do Paraná com a eficiência operacional, sustentabilidade e segurança, além de sua importância econômica para a região.

1.1 Implantação de novas tecnologias

No decorrer de 2024, a Portos do Paraná implementou a migração do seu sistema de gestão para o SAP S/4HANA, com a transição da primeira onda de implantação ocorrendo em 1º de fevereiro. Este novo sistema representa um avanço significativo na integração dos diversos departamentos da empresa, proporcionando uma plataforma unificada que otimiza processos e melhora a eficiência operacional. Com a adoção do SAP S/4HANA, espera-se que a administração da companhia alcance maior agilidade na tomada de decisões, uma vez que o sistema permite o acesso em tempo real a informações críticas e relevantes, facilitando a resposta rápida às demandas do mercado e contribuindo para a excelência na gestão portuária.

2. Base de preparação

D4Sign cb887785-7803-482f-839b-59822ff83e3c - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras e notas explicativas são apresentadas em milhares de reais (R$), Exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua é o real.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5 Data de aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 19 de março de 2025.

3. Principais políticas contábeis

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Demais ativos circulantes e não circulantes
São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social

A partir deste exercício e após a declaração de imunidade aos impostos conferida pelo art.150 da C.F., ter a sua confirmação em trânsito em julgado (junho de 2023), a companhia passou a recolher somente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sendo que a Contribuição do exercício corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

e. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que impactem estas Demonstrações Contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	68.365	80.823
Bancos conta vinculada (i)	1.022	1.052
Aplicações financeiras (ii)	510.465	302.536
Aplicações financeiras (iii)	(65.005)	(58.672)
	514.847	**325.739**

Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	Cliente/Prestador	2024	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	17	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	400	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	256	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	18	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	37	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	104	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	-	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	6	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	2	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	23	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	2	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	147	001	0259-3	90.877-0
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	4	001	0259-3	71.253-1
		1.022			

(ii) Valores 1.022 em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.

(iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

5. Contas a receber
A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos de Paranaguá e de Antonina. As tarifas estão detalhadas na NE nº17. O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 é de R$19.065 (R$21.282 em 31 de dezembro de 2023). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	2024	2023
A vencer	17.434	16.872
Vencidos até 30 dias	1.583	39
Vencidos de 30 a 180 dias	44	39
Vencidos a mais de 180 dias (i)	4	4.332
	19.065	21.282

	2024	2023
Depósito judicial – processo 1749/07 (i)	307.700	307.700
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(307.700)	(307.700)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (ii)	21.708	21.709
Provisão para perda	(21.708)	(21.709)
	-	-

(i) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo

D4Sign cb887785-7803-482f-839b-59822ff83e3c - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o super-dimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão. Esses depósitos cessaram em abril de 2023 após decisão favorável a Portos do Paraná em 1ºGrau.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

6. Tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.099	1.099
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	17.232	10.994
Programa de Integração Social - PIS	32	32
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS	149	149
	18.512	12.274
Circulante	**9.912**	1.280
Não circulante	**8.600**	10.994

7. Estoques

A empresa utiliza o sistema SAP para gerenciar seus estoques de maneira eficiente e integrada. O SAP oferece diversas funcionalidades que permitem um controle rigoroso e preciso dos materiais, desde a entrada até a saída do estoque. De forma que o módulo de estoque é totalmente integrado com a contabilidade, com seus movimentos refletindo lançamentos contábeis em tempo real. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 20.371 e em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 15.135.

8. Adiantamentos

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias.

	2024	2023
Férias	-1.431	1.159
Outros adiantamentos	15	-
Total	**1.446**	**1.159**

9. Depósitos judiciais

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	2024	2023
Trabalhistas (i)	3.898	16.590
Tributos (ii)	277.990	277.928
Cíveis	106.330	100.126
Outros (iii)	**65.005**	58.672
Total	**453.223**	**453.316**

(i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

(ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos foi suspensa até a resolução da lide. Em dezembro de 2023 houve a decisão em caráter definitivo pelo levantamento de parte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já que em junho do mesmo exercício a ação que trata este parágrafo transitou em julgado com a declaração de imunidade dos impostos da Empresa Pública. Assim houve o levantamento parcial do IRPJ e IRRF no valor aproximado de 98 milhões de reais e ainda há lide na Justiça Federal em relação a outra parte do IR que a PGFN ainda contestou o levantamento e sobre o regime de recolhimento do PIS e COFINS.

(iii) O valor de R$65.005 em 31 de dezembro de 2024 e R$58.672 para 31 de dezembro de 2023 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	2024	2023
Trabalhistas	3.324	3.149
Cíveis	**61.681**	**55.523**
	65.005	**58.672**

10. Outros créditos

	2024	2023
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR	117	88
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
Indenização por descumprimento de contrato de arrendamento (i)	31.309	132.882
	32.743	**134.287**
Circulante	31.309	132.882
Não circulante	1.434	1.405

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baia de Paranaguá.

(i) Refere-se ao valor de indenização da Cotriguaçu após a redução da poligonal da área de abrangência e jurisdição da Autoridade Portuária no perímetro que caberia a reversão dos bens foi apurado o valor que cabe em indenização pela Cooperativa em face desta redução de área.

11. Imobilizado e intangível

11.1 Imobilizado

	2022	Aquisições	Baixa	Depreciação	Baixa da depreciação	Transferência	2023
Terrenos	135.254	-	-	-	-	-	135.254
Edificações e benfeitorias	182.622	-	-	(9.278)	-	8	173.352
Construções	29.016	-	-	(2.604)	-	-	26.412
Máquinas, aparelhos e equipamentos	142.202	677	-	(14.860)	-	9.554	137.573
Móveis e utensílios	1.926	242	(40)	(308)	38	-	1.858
Equipamentos de informática e tecnologia	3.773	952	-	(1.921)	-	-	2.804
Instalações	46.320	-	-	(9.402)	-	-	36.918
Equipamentos de mediação de medição	16	-	-	(3)	-	-	13
Imobilizado em andamento	54.804	11.320	-	-	-	(9.562)	56.562
Total do imobilizado	595.933	13.191	(40)	(38.376)	38	-	570.746

	2023	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência	Ajuste laudo (i)	2024
Bens em operação							
Outros - infraestrutura marítima	-	-	-	(208)	54.764	3.137	7.693
Outros - infraestrutura acostagem	-	-	-	(11.978)	-	178.580	166.602
Outros - infraestrutura terrestre	13	-	-	(1.569)	-	14.484	12.928
Outros - armazenagem	-	-	-	(4.691)	-	15.808	11.117
Outros equipamentos	137.572	345	-	(22.847)	-	2.406	117.476
Bens da administração	-	-	-		-	-	-
Terrenos	135.254	-	(36.873)	-	-	-	98.381
Edificações e benfeitorias	199.764	-	-	(817)	7.529	(194.655)	11.821
Instalações	36.918	-	-	(2.516)	-	(26.167)	8.235
Equipamentos e informática e tecnologia	2.804	22	-	(1.655)	-	2.619	3.790
Móveis e utensílios	1.859	84	(3)	(409)	-	32	1.563
Imobilizado em andamento	**56.562**	**117.367**	**-**	**-**	**(60.620)**	**-**	**113.309**
Total do imobilizado	**570.746**	**117.818**	**(36.876)**	**(46.690)**	**1.673**	**(3.756)**	**602.915**

(i) Nota Explicativa - Ajustes Após Inventário Patrimonial

1. Contexto e Objetivo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Portos do Paraná concluiu o inventário patrimonial abrangente, com a contratação do Consórcio GEPLAN/SETAPE/AVALIENGE (Contrato nº58/2023). Este procedimento visou verificar a existência física, o estado de conservação dos ativos e ajustar os registros contábeis para refletir com precisão a realidade patrimonial da empresa. A entrega dos trabalhos bem como da planilha de carga para o carregamento dos bens no sistema se deu em abril de 2024.

2. Metodologia

O inventário foi conduzido pelo consórcio GEPLAN/SETAPE/AVALIENGE (Contrato nº58/2023), sob a supervisão de uma equipe de fiscalização multidisciplinar e com a equipe interna de contabilidade da companhia. A metodologia empregada incluiu:

Contagem física de todos os ativos imobilizados; verificação do estado de conservação e funcionalidade dos bens; reconciliação dos itens físicos com os registros contábeis; avaliação da vida útil remanescente dos ativos; análise de possíveis indicadores de perda por redução ao valor recuperável; recuperação de registros fundiários de todas as áreas sob a administração da companhia.

Todas as discrepâncias identificadas foram minuciosamente analisadas e os ajustes necessários foram propostos e implementados após aprovação da administração.

3. Ajustes Realizados

Os principais ajustes decorrentes do inventário patrimonial foram:
Baixa de Ativos Inexistentes: Identificação e baixa contábil de terrenos que embora tenham sido registrados e inscritos na contabilidade da companhia no inventário anterior, os lotes não tinham a titularidade da companhia em seus registros fundiários pois parte desses terrenos são área de marinha e ou alodiais resultando num ajuste de redução R$ 36.873.400,00.

Correção de Valores: Reavaliação e ajuste do valor contábil de determinados ativos, pois bens foram reagrupados em novas classes de ativos no novo sistema patrimonial e seguindo as diretrizes da Contabilidade Regulatória instituída pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ Resolução ANTAQ nº 49, de 23 de julho de 2021, resultando em uma redução líquida de R$ 3.756.307,23 no ativo imobilizado.

Transferência de valores: Eliminamos o grupo Intangível em andamento e eventuais Ativos Intangíveis que estejam ainda em processo de construção e/ou elaboração estão agora na Classe Imobilizado em Andamento (IA100). Valor transferido: R$ 3.667.505,36.

4. Conclusão e Medidas Futuras

Os ajustes realizados após o inventário patrimonial asseguram que os registros contábeis da Portos do Paraná reflitam de maneira fidedigna e transparente sua posição patrimonial.

Como resultado deste processo, a administração implementará as seguintes medidas:

Revisão e aprimoramento dos procedimentos de controle patrimonial, por meio da elaboração do Manual de Procedimentos de Gestão do Ativo;

Implementação de um sistema de gestão de ativos dentro do ERP instalado e em funcionamento a partir de fevereiro de 2024 (Vide N.E 1.1- Implantação de novas tecnologias);

Treinamento adicional para as equipes envolvidas no controle e gestão patrimonial;
Realização de inventários parciais periódicos para minimizar discrepâncias futuras.

11.2 Intangível

	2022	Aquisições	Amortização	2023
Intangível	226	503	(296)	433
Intangível em Andamento	2.502	1.165	-	3.667
Total do intangível	2.728	1.668	(296)	4.100

	2023	Amortização	Transferência	2024
Intangível	433	(198)	1.753	1.988
Intangível em Andamento	3.667	-	(3.667)	-
Total do intangível	4.100	(198)	(1.914)	1.988

12. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Ordenados a pagar	2.709	2.819
Provisão para Férias	11.073	11.765
Provisão para 13º Salário	-	12
Consignações folha	274	291
Pensões a pagar	86	150
Provisões trabalhistas	2.298	
Total	**16.440**	**15.037**

13. Obrigações fiscais e previdenciárias

	2024	2023
Encargos da Folha	**4.607**	**5.296**
Contribuição Previdenciária - INSS	1.503	1.862
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	640	776
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	2.464	2.658

D4Sign cb887785-7803-482f-839b-59822ff83e3c - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Contribuições sobre o Faturamento	**253.645**	**253.625**
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	208.769	208.753
Programa de Integração Social - PIS	44.876	44.872
Impostos e Contribuições sobre Resultados	**10.115**	**8.372**
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.115	8.372
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-
Encargos Retidos de Fornecedores	**4.408**	**4.943**
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	1.489	733
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	271	469
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	500	2.432
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.148	1.309
	272.775	**272.236**
Circulante	20.683	11.772
Não circulante	252.092	260.464

14. Adiantamento de clientes

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2024 o valor desta conta é de R$14.615 e de R$17.889 em 31 de dezembro de 2023.

15. Provisões judiciais

A empresa mantém provisões para perdas em ações judiciais com o objetivo de cobrir possíveis obrigações decorrentes de litígios em andamento. Essas provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, e o valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.

As provisões são baseadas em avaliações realizadas pela área jurídica da empresa, em conjunto com consultores externos, quando necessário, considerando a probabilidade de perda e a melhor estimativa do desembolso financeiro. A empresa revisa regularmente essas provisões, ajustando-as conforme novas informações surgem ou quando há mudanças significativas nas circunstâncias dos processos.

No balanço atual, a provisão para perdas em ações judiciais está detalhada conforme o grau de risco associado a cada processo, separadas por esfera (trabalhista e cível), conforme abaixo:

Esfera Trabalhista:
Risco Remoto:
Valor estimado: R$ 10.437.133,29
Quantidade de Processos: 71
Risco Possível:
Valor: R$ 0,00 (não há valor conhecido para as ações neste grau de risco no momento)
Quantidade de Processos: 24
Risco Provável:
Valor Provisionado: R$ 54.566.208,77
Quantidade de Processos: 212
Precatórios Expedidos:
Valor Provisionado: R$ 29.437.577,93
Quantidade de Processos: 34

Esfera Cível:
Risco Remoto:
Valor Estimado: R$ 94.065.102,79
Risco Possível:
Valor Estimado: R$ 6.739.077,21
Risco Provável:
Valor Provisionado: R$ 110.836.964,27

O valor total provisionado para perdas em ações judiciais com grau de risco classificado como provável mais os precatórios é de 194,840 milhões de reais, conforme quadro a seguir, refletindo a estimativa da administração com base nas informações disponíveis até a data de fechamento das demonstrações financeiras. A empresa continuará monitorando os desenvolvimentos dos processos e ajustará as provisões conforme necessário, garantindo que os valores provisionados reflitam adequadamente os riscos associados.

Provisões totais por grau de risco provável	2024	2023
Trabalhistas	54.566	65.485
Cíveis	110.837	89.178
Precatórios (i)	29.437	29.438
Total	**194.840**	184.101

(i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

1.6 Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi um lucro de 121.547 milhões de reais e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou um lucro contábil de 188.679 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.
O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 125.468 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 162.060 milhões.

	2024	2023
EBITDA	125.468	195.190
EBITDA Ajustado	162.060	299.800
Margem EBITDA	21%	31%
Margem EBITDA Ajustado	28%	48%

c) Lucros (prejuízos) acumulados

A Reserva de Lucro registrada no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2024 é de R$40.550 sendo composta por reserva de legal e reserva de lucro para investimentos, no exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi registro um prejuízo de R$48.442.

Ajustes de exercícios anteriores

d) Nesta rubrica transitaram atualizações de processos judiciais de longa data que não foram relevantes na movimentação do período. A maior parte se deve à transição de grau de risco de possível para provável nestas ações, o que ensejou esta movimentação, conforme demonstrado na Demonstração do Resultado Abrangente.

17. Receita operacional

	2024	2023
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	231.529	211.330
Infraestrutura de Acostagem	19.169	17.337
Infraestrutura Operacional Terrestre	104.306	89.060
Receitas de Armazenagem	2.082	3.165
Receitas por Utilização de Equipamentos	35.749	46.221
Diversos Padronizados	6.560	6.110
Contratos de Arrendamento	212.610	275.025
Receitas Complementares	11.875	13.006
	623.880	661.254
(-) Deduções da receita	**(35.665)**	**(40.294)**
Receita operacional líquida	**588.214**	**620.960**

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, são apurados o PIS e o COFINS, no regime cumulativo, em alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

18. Custos operacionais

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, manutenção dos equipamentos. da infraestrutura e dos acessos, além de mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	**2024**	**2023**
Custos da Infraestrutura Marítima	(127.900)	(128.812)
Custos da Infraestrutura de Acostagem	(23.322)	(2.326)
Custos da Infraestrutura Terrestre	(21.335)	(24.589)
Custos Diversos Padronizados	(1.494)	(4.281)
Custos Indiretos	(182.470)	(126.342)
Total	**(356.521)**	**(286.350)**

19. Despesas gerais e administrativas

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	**2024**	**2023**
Despesas com Pessoal Administrativas	(79.184)	(78.467)
Serviços de Terceiros e Utilidades	(4.775)	(72.460)
Despesas Gerais	(16.588)	(19.233)
Depreciação	(46.690)	(38.376)
Amortização	(199)	(296)
Total	**(147.437)**	**(208.832)**

20. Outros resultados operacionais

	2024	2023
Despesas PCLD	-	(7.323)
Outras Despesas Operacionais	(36.591)	(97.287)
Outras receitas(despesas) não recorrentes	-	135.350
Outras Receitas	31.326	-
Outras Despesas	(411)	-
Total	**(5.676)**	**30.740**

21.Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	5.160	290
Rendimento de aplicação financeira	57.375	36.762
Variações Monetárias Ativas	2.821	38.142
Outras Receitas Financeiras	0	3
Total	**65.356**	**75.197**
Despesa financeira		
Juros pagos	(657)	(372)
Outras despesas financeiras	(9.828)	(28)
Total	**(10.485)**	**(400)**
Resultado financeiro	**54.871**	**74.797**

22. Instrumentos financeiros

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um

D4Sign cb887785-7803-482f-839b-59822ff83e3c - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

efeito relevante nos valores de realização estimados.
Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.
Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência.
A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

	2024
Caixa e equivalente de caixa	514.847
Contas a receber	19.065
	533.912

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.
Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

23. Transações com partes relacionadas

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	**2024**	**2023**
Copel Distribuição S.A.(i)	355	683
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	-	1.001
	355	1.684

Em 2023, ocorreu uma mudança significativa na estrutura acionária da **Companhia Paranaense de Energia (Copel)**, empresa anteriormente controlada integralmente pelo Estado do Paraná. A partir desse ano, o Estado do Paraná reduziu sua participação acionária na Copel, deixando de ser seu controlador exclusivo. Essa mudança ocorreu por meio de uma oferta pública de ações (OPA), na qual a participação do Estado foi reduzida para aproximadamente 32% do capital votante, mantendo o controle acionário, mas permitindo a entrada de investidores privados no capital da empresa.

Remuneração dos conselhos (em reais)

	2024	**2023**
CONSAD - Conselho de Administração	47.892,32	47.892,32
CONFISC - Conselho Fiscal	11.973,09	11.973,09
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.979,81	8.979,81
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	17.959,62	15.165,90
	86.804,84	**84.011,12**

Quantidade de membros

	2024	**2023**
CONSAD -Conselho de Administração	8	9
CONFISC - Conselho Fiscal	3	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	3	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	6	6
	20	**21**

24. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia.
A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A validade desta apólice é de 08 de março até 08 de setembro deste exercício. O prazo menor de vigência é porque a contratação foi realizada de forma emergencial, com limite máximo de 180 dias, pois o Pregão Eletrônico que objetivava a contratação restou deserto em duas oportunidades (16/11/2023 e 09/01/2024).
A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2024 até 27 de janeiro de 2025.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	2024	**2023**
Riscos operacionais	-	45.000
Responsabilidade civil	**10.000**	**10.000**

25. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período que compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Financeira.

Paranaguá, 21 de março de 2025.

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

D4Sign cb887785-7803-482f-839b-59822ff83e3c - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

7 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 14 de April de 2025, 18:02:19

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA pdf

Código do documento cb887785-7803-482f-839b-59822ff83e3c

Assinaturas

FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126
Certificado Digital
comercial@folhadolitoral.com.br
Assinou

Eventos do documento

14 Apr 2025, 21:01:14
Documento cb887785-7803-482f-839b-59822ff83e3c **criado** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email:comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-14T18:01:14-03:00

14 Apr 2025, 21:01:41
Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email: comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-14T18:01:41-03:00

14 Apr 2025, 21:02:09
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126 **Assinou** Email: comercial@folhadolitoral.com.br. IP: 168.181.51.173 (173.51.181.168.rfc6598.dynamic.copelfibra.com.br porta: 3770). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126. - DATE_ATOM: 2025-04-14T18:02:09-03:00

Hash do documento original
(SHA256):c61c655fabdfc9414e890d4254f16eea35b815d3603289e136b9788924d4fe10
(SHA512):0126cec91a79d84b3ad793f90a40d2fcc6842ab9fdb518d2160b80f583c0cda1db23907ba16f39a52d843a4246899040edf04ef8fb24adb970fe99b69aaed516

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.